

Plano de Mobilidade Urbana

Quedas do Iguaçu - PR

Etapa 4 - Plano de Ação e Investimentos



PREFEITURA MUNICIPAL
DE QUEDAS DO IGUAÇU
QUEDASDOIGUACU.PR.GOV.BR

2020

Plano de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu

Prefeito
Anelson Ubiali

Coordenador Técnico Municipal
Lucas André Stormovski



PREFEITURA MUNICIPAL
DE QUEDAS DO IGUAÇU
QUEDASDOIGUACU.PR.GOV.BR



DRZ GESTÃO DE
CIDADES
DRZ.COM.BR

2020



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. PLANO DE AÇÃO INVESTIMENTOS	8
1.1 FORMA DE ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES	11
1.2 MONITORAMENTO DAS AÇÕES.....	11
1.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DA MOBILIDADE.....	12
1.4 ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA NOS DESLOCAMENTOS	19
1.5 SISTEMA DE TRANSPORTES.....	24
2. INDICADORES DE RESULTADOS	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU.....	38
DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA.....	39



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese das ações do Plano de Ação e Investimentos.....	9
Tabela 2 – Capacidade de Investimento do Município, 2017	10



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias para identificação das ações do PAI.....	7
Figura 2 – Prazos de execução do PAI.....	8



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Ações e Investimentos para o Planejamento e Gestão da Mobilidade	12
Quadro 2 – Ações e Investimentos para a Acessibilidade e Segurança nos Deslocamentos	19
Quadro 3 – Ações e Investimentos para o Sistema de Transporte.....	24
Quadro 4 – Método de Avaliação – M.A.....	31
Quadro 5 – Quadro para definição do Indicador de Resultados	32
Quadro 6 – Porcentagem orçamentária por Vertente da Mobilidade	37



LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPEL	Companhia Paranaense de Energia
COx	Óxidos de Carbono
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DER	Departamento de Estradas e Rodagem
DETRAN	Departamento de Trânsito do Paraná
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
GPS	<i>Global Positioning System</i>
IAT	Instituto Água e Terra
IFPR	Instituto Federal Paraná
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MP	Material Particulado
NBR	Norma Técnica
NOx	Óxidos de Nitrogênio
PAI	Plano de Ações e Investimentos
PMU	Plano de Mobilidade Urbana
PPA	Plano Plurianual
PR	Paraná
SEED	Secretaria da Educação e do Esporte
SEDU	Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas



PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS



INTRODUÇÃO

O Plano de Ação e Investimentos (PAI), é onde ficam definidos os custos estimados para a realização das ações e investimentos prioritários para a efetivação das propostas apresentadas anteriormente na Fase III da elaboração do Plano Municipal de Mobilidade Urbana (PMU). As ações e/ou investimentos foram classificados conforme indicadas no contrato n.º 1.298/2018, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu e a DRZ Geotecnologia e Consultoria, contratada para a realização de serviços técnicos em consonância com o Termo de Referência e demais peças do Edital de Tomada de Preços n.º 009/2018 que engloba a Revisão do Plano Diretor e Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu. A identificação de cada ação do Plano contempla 09 (nove) categorias, de acordo com a Figura 1, a seguir:

Figura 1 – Categorias para identificação das ações do PAI.



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O PAI tem como premissa apresentar estimativas de custos para a realização das ações pré-estabelecidas para os próximos 05 anos, considerando a compatibilidade dos custos traçados com as projeções já traçadas pelas peças orçamentarias, tais como Plano Plurianual (PPA) e demais planos governamentais setoriais correlatos, analisando a capacidade de investimentos e endividamento de Quedas do Iguaçu, além também de verbas que poderão advir de ações políticas com a obtenção de recursos a fundo perdido.



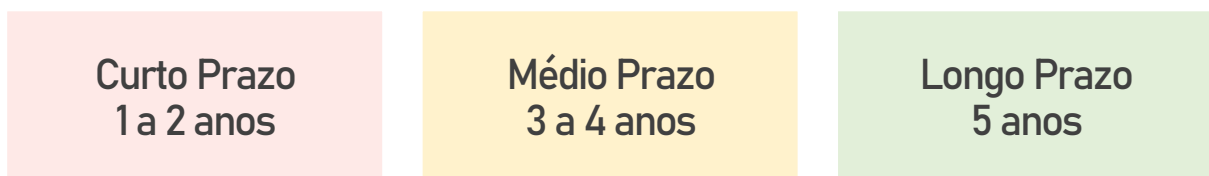
1. PLANO DE AÇÃO INVESTIMENTOS

O PAI foi estruturado conforme as três vertentes apresentadas na Fase III – Diretrizes e Propostas. O conteúdo das ações definidas possui 8 (oito) aspectos da mobilidade urbana, são eles: **sistema viário, deslocamento peatonal, transporte ciclovitário, transporte coletivo, fretamento, transporte motorizado individual, transporte de cargas e educação no trânsito**, e estão em consonância com a legislação federal e estadual. Em sua maioria, essas ações serão realizadas pelas Secretaria de Obras, Urbanismo e Habitação e a Secretaria dos Transportes.

De forma a facilitar a implementação das ações e investimentos, foram compatibilizadas algumas das ações propostas com as ações já presentes no PPA em exercício no município, de forma que foram utilizados os valores dos últimos anos de vigência. Também foram compatibilizadas com as ações estabelecidas pelo Plano Diretor Municipal.

A Tabela 1 contém a síntese do custo das ações separadas por temática específica, e à curto, médio e longo prazo como demonstra a Figura 2, a seguir:

Figura 2 – Prazos de execução do PAI



Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

É importante frisar que não fazem parte da composição dos valores, as ações administrativas, que são ações que devem ser realizadas pelos técnicos da Prefeitura Municipal de forma a se tornarem ações continuadas que normalmente já são realizadas. As ações cujas estimativas de valor dependem da elaboração de estudo ou projeto específico, são as ações que para que sejam realizadas, depende de aquisição de terrenos, projetos arquitetônicos, projetos estruturais etc.

O total geral das ações propostas para os próximos 5 anos de desenvolvimento da mobilidade urbana, que foram possíveis de estipular valor estão presentes na Tabela 1. É possível também, verificar **o custo total estimado (R\$ 10.748.626,28), em que cerca de 57% é**



destinado para os dois primeiros anos, 37% para o terceiro e quarto ano de vigência, e 6% para o último ano de vigência do PAI, antes de sua revisão.

Tabela 1 – Síntese das ações do Plano de Ação e Investimentos

Departamento	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)		
		Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)
PLANEJAMENTO E GESTÃO DA MOBILIDADE URBANA	R\$ 4.633.965,05	R\$ 3.324.101,30	R\$ 932.362,50	R\$ 435.519,00
ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA NOS DESLOCAMENTOS	R\$ 5.781.886,23	R\$ 2.573.260,26	R\$ 2.960.838,27	R\$ 247.787,70
SISTEMAS DE TRANSPORTE	R\$ 332.775,00	R\$ 201.000,00	R\$ 131.775,00	R\$ 0,00
Total	R\$ 10.748.626,28	R\$ 6.098.361,56	R\$ 4.024.975,77	R\$ 683.306,70
Média de Investimento Anual	R\$ 2.149.725,26			

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades e Plano Plurianual, 2020.

Genericamente, a arrecadação municipal, pode ser advinda de diversas fontes, e variam de acordo com a função da área do município, da população e das atividades econômicas ali realizadas. Os investimentos a serem realizados, podem ser ampliados de acordo com a elevação das receitas, especialmente em estratégias de modernização habitual para atualização e recebimento das receitas próprias que compõe a receita tributária, ao decorrer dos anos.

Conceitualmente, as receitas e despesas públicas são indicadores do volume e da capacidade de inversão do poder público municipal, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nos municípios.

Em Quedas do Iguaçu, as finanças obtiveram um crescimento real das receitas correntes, porém, foi detectado altos níveis de dependências das transferências governamentais, isso ocorre devido ao baixo desempenho na arrecadação de impostos e taxas que deveriam compor as receitas próprias municipais e as receitas tributárias.

Durante os períodos entre 2015-2017 a arrecadação própria do município obteve um crescimento médio de 4,81% e 3,93%, o que culminou em uma modesta participação no total das receitas crescentes. Isso demonstra a real necessidade de investimentos na modernização tributária, com a finalidade de angariar recursos e minimizar sua dependência.



O cenário das receitas, despesas e investimentos são alguns dados que permitem avaliar a capacidade de investimento do município. A Tabela 2, é um recorte da análise do Indicador de Capacidade de Investimento, parte integrante da Fase II – Análise Temática Integrada parte integrante da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Tabela 2 – Capacidade de Investimento do Município, 2017

Variáveis	Valores Deflacionados (R\$1,00)		
	2015	2016	2017
Receita Orçamentária	78.796.923,70	84.997.466,27	84.152.193,85
Receita Corrente	74.759.035,47	81.393.996,51	78.721.312,73
Transferência Corrente	67.031.454,53	70.641.326,95	68.277.706,70
Receita Efetiva ¹	74.343.465,83	80.485.260,47	77.243.912,81
Despesa Corrente	64.606.035,93	71.897.024,80	59.911.544,20
Operações de Crédito	415.569,64	908.736,04	1.477.399,92
Investimentos	3.229.875,34	6.832.987,14	4.876.058,91
Amortização da Dívida	1.572.046,17	1.663.218,19	1.461.562,36
Despesa corrente + amortização	66.178.082,10	73.560.242,99	61.373.106,56
Capacidade de Investimento ²	8.165.383,73	6.925.017,48	15.870.806,25
Capacidade de Investimento (%) ³	10,98	8,6	20,55
Investimento/receita orçamentária (%)	4,10	8,04	5,79
Indicador (investimento/receita)	0,04	0,08	0,06

Fonte: Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu em STN/FINBRA, 2020. Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

É possível observar, que a Tabela 2 foi elaborada conforme a análise referente aos dados de 2017, na qual foi apontada que o Município possui uma capacidade de investimento de 20,55% da receita orçamentária. Esse valor e valores de repasses futuros, deverão ser investidos de forma que atenda as demandas propostas pela Revisão do Plano Diretor e pela elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu.

Através do detalhamento dos quadros de cada vertente, apresentados na sequência, é possível verificar que a quantidade mais significativa está destinada a acessibilidade e segurança nos deslocamentos, representando cerca de 54% do orçamento total estimado neste PAI. Com isso, para a execução das ações estipuladas é necessário mobilização e empenho da

¹ Receita Efetiva = Receita Corrente – Operações de Crédito

² Capacidade de Investimento = Receita Efetiva – (Despesa Corrente + Amortização)

³ Capacidade de Investimento % = Capacidade de Investimento / Receita Efetiva



Prefeitura Municipal para angariar recursos oriundos de fontes alternativas, como por exemplo, convênios e parcerias com governo federal e estadual.

Para a elaboração e obtenção dos valores que estão presentes no PAI, é levado em consideração a realidade econômica e de mercado atual durante a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana. Tal questão exigirá que a administração municipal realize atualizações e adaptações conforme os detalhamentos dos projetos específicos elaborados e implantados no decorrer do tempo.

1.1 FORMA DE ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO DAS AÇÕES

A Análise da Implantação das Ações, será realizada através da verificação e análise da exequibilidade de curto, médio e longo prazo, da execução das medidas indicadas. Essas informações servirão também para monitorar o crescimento urbano no Município, alcançando as metas e ações já estipuladas no PPA (2018-2021) e no Plano Diretor Municipal, e que também estão contempladas no Plano de Ação e Investimentos – P.A.I.

1.2 MONITORAMENTO DAS AÇÕES

As ações estabelecidas e definidas neste PAI, devem ser realizadas nos anos traçados. Portanto, o monitoramento será feito através da verificação da execução das atividades realizadas a curto, médio e longo prazo, e avaliadas conforme os Indicadores de Resultados apresentados no Capítulo 2 – INDICADORES DE RESULTADOS.

Nos seguintes quadros (Quadro 1 a Quadro 3), serão apresentadas todas as ações, o custo total e o diluído ao longo do tempo de vigência (5 anos) do PAI e as possíveis fontes para angariar recursos. Cada ação e proposta recebe uma numeração (Item) específica com o intuito de auxiliar a identificação no Quadro 5 para definição do Indicador de Resultados, onde serão definidos a efetividade das gestões públicas em relação às ações previstas no Plano de Mobilidade Urbana.



1.3 PLANEJAMENTO E GESTÃO DA MOBILIDADE

Quadro 1 – Ações e Investimentos para o Planejamento e Gestão da Mobilidade

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
DIFUSÃO DOS CONCEITOS DE MOBILIDADE						
1	Ensinar os conceitos de mobilidade e acessibilidade, desde o nível fundamental na rede escolar, difundindo a visão de cidadania na circulação, valorização do pedestre, do ciclista e meios de transporte coletivo.	Ação Administrativa				Município / SEED
2	Apoiar campanhas educativas baseadas na realidade de Quedas do Iguaçu, com ações nas escolas, empresas e outros.	Ação Administrativa				Município / SEED
3	Investir em cursos de capacitação para os servidores e técnicos municipais que trabalham com mobilidade sustentável.	R\$ 52.016,25	R\$ 16.500,00	R\$ 17.325,00	R\$ 18.191,25	Município / DETRAN / DNIT / DER
4	Elaborar campanhas contínuas, promovendo o uso de transporte não motorizado, mostrando os benefícios sociais, ambientais e econômicos da mobilidade sustentável.	R\$ 48.863,75	R\$ 15.500,00	R\$ 16.275,00	R\$ 17.088,75	Município / DETRAN / DNIT / DER
Subtotal		R\$ 100.880,00	R\$ 32.000,00	R\$ 33.600,00	R\$ 35.280,00	
GESTÃO PÚBLICA DA POLÍTICA DE MOBILIDADE URBANA						
5	Criar o Departamento Municipal de Trânsito, para fiscalizar, planejar e projetar o desenvolvimento do trânsito municipal.	Ação Administrativa				Município
6	Elaborar estudo específico para viabilizar a contratação de profissionais segundo levantamento do departamento municipal.	Ação Administrativa				Município / Governo Estadual / Governo Federal



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
7	Elaborar estudo específico para viabilizar a construção, ampliação e reforma da estrutura física da secretaria, conforme levantamento realizado pelo departamento, com o intuito de promover melhores condições de trabalho.	R\$ 52.377,50	R\$ 25.550,00	R\$ 26.827,50		Município / Governo Estadual / Governo Federal
8	Contratar estudo específico de cadeia logística para Quedas do Iguaçu, de modo a encontrar os pontos que precisam de maior atenção.	R\$ 55.255,00		R\$ 55.255,00	R\$ 58.017,75	Município / Governo Estadual / DNIT
9	Implantar sinalização para restringir o tráfego de caminhões na região central da cidade, e elaborar tabela de multas para casos em que não se respeite esta sinalização.	R\$ 110.905,00	R\$ 55.650,00	R\$ 55.255,00		Município / PARANACIDADE
10	Definir e implementar rotas de caminhões, para que esses não passem em vias com escolas, creches, hospitais e outros usos conflitantes.	Ação Administrativa				Município / DNIT
11	Implementar nova Lei do Sistema Vário.	Ação Administrativa				Poder Executivo / Poder Legislativo
12	Criar sistema municipal de fiscalização junto às residências e estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e industriais da cidade para a viabilização, por parte dos munícipes, da execução e recuperação das calçadas, de modo a promover a adequada pavimentação das mesmas e quando possível utilizar a calçada padrão, a remoção de barreiras físicas (floreiras, degraus, rampas, etc.) e a adequação à acessibilidade universal (NBR 9050/2015 ou alterações).	Ação Administrativa				Município / PARANACIDADE



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
13	Aprovar novos loteamentos apenas se estes garantirem ligações às vias existentes e estiverem em conformidade com a Lei do Sistema Viário do município.	Ação Administrativa				Município
14	Elaborar estudos para a implantação de travessias elevadas e lombadas eletrônicas para substituir as lombadas existentes em todo o município.	R\$ 225.500,00	R\$ 110.000,00	R\$ 115.500,00		Município / DNIT / DER
15	Implementar sistema de transporte público tarifado, eficiente e que atenda de maneira eficaz toda a população. Ação PPA - 196.	R\$ 838.750,00		R\$ 550.000,00	R\$ 288.750,00	Município / Concessionária de Transporte Coletivo
16	Revisar frequentemente as linhas de ônibus e horários disponíveis, para que o transporte público coletivo seja eficiente e acessível.	Ação Administrativa				Município / Concessionária de Transporte Coletivo
17	Garantir o transporte como direito social, conforme Emenda Constitucional nº 90/2015, com isenção da tarifa do transporte coletivo para pessoas com doenças crônicas e patologias graves, desde que devidamente cadastrados.	Ação Administrativa				Município / Concessionária de Transporte Coletivo
18	Prever a manutenção e a instalação de novos pontos de ônibus.	R\$ 146.475,00		R\$ 94.500,00	R\$ 51.975,00	Município / Concessionária de Transporte Coletivo
19	Viabilizar a construção de novo terminal de ônibus próximo à região industrial, margeando o PR-473.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Governo do Estado
20	Aumentar a fiscalização nos pontos de conflito.	Ação Administrativa				Município



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
21	Manter atualizada a malha cicloviária georreferenciada da cidade.	Ação Administrativa				Município
22	Criar um padrão de construção das ciclovias.	Ação Administrativa				Município / DNIT / DER
23	Instalar paraciclos de bicicletas nas repartições públicas.	R\$ 2.921,25		R\$ 1.425,00	R\$ 1.496,25	Município
24	Reservar fundos para concretização e manutenção das ciclovias.	Ação Administrativa				Município
25	Fiscalizar periodicamente o estado das ciclovias no município.	Ação Administrativa				Município
26	Incentivar programas de passeio ciclístico.	Ação Administrativa				Município / Governo do Estado / Parceria com grupos de ciclistas
27	Investir em mobiliário urbano moderno e sustentável com bicicletários e abrigos de bicicletas.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Governo do Estado
28	Criar Lei Municipal que regulamente os procedimentos de autorização, operação, controle e fiscalização dos serviços de fretamento escolares.	Ação Administrativa				Município / Poder Legislativo
29	Criar legislação específica que regulamente os serviços de fretamento de passageiros.	Ação Administrativa				Município / Poder Legislativo



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
30	Criar legislação específica que regulamente os serviços de fretamento turístico.	Ação Administrativa				Município / Poder Legislativo
31	Ampliar o poder de atuação dos fiscais de transporte no limite do município.	Ação Administrativa				Município / Poder Legislativo
32	Ampliar a fiscalização sobre veículos não cadastrados e em desconformidade com as normas de transporte.	Ação Administrativa				Município / Poder Legislativo
33	Restringir e controlar o acesso e circulação, permanente ou temporário, de veículos motorizados em locais e horários predeterminados.	Ação Administrativa				Município
34	Controlar o acesso a veículos motorizados no Parque Aquático Municipal, de acordo com a capacidade do local, com o intuito de criar espaços mais seguros e agradáveis para caminhadas, e não agravar os impactos ambientais na região.	Ação Administrativa				Município
35	Implantar sistema de estacionamento rotativo pago na região central de Quedas do Iguaçu, reduzindo a atratividade do sistema motorizado individual privado.	R\$ 3.100.901,30	R\$ 3.100.901,30			Município / Governo do Estado
36	Utilizar a receita derivada das tarifas de estacionamentos para contribuir com o subsídio das passagens gratuitas para pessoas da terceira	Ação Administrativa				Município / Empresa detentora do contrato



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
	idade e pessoas com necessidades especiais no transporte público.					
37	Exigir estacionamentos nos novos empreendimentos comerciais e de serviços.	Ação Administrativa				Município
38	Implantar vias para meios de transporte não motorizado em toda a cidade, de forma eficiente e integrada com o sistema de transporte coletivo.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Parceria com Loteadores Privados
39	Implantar faixas exclusivas para a circulação de ônibus na região central.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Concessionária de Transporte Coletivo / Governo do Estado
40	Regulamentar horários permissíveis para carga e descarga de veículos pesados, de modo a reduzir o intenso tráfego de veículos pesados nas vias centrais.	Ação Administrativa				Município
41	Demarcar vagas exclusivas para carga e descarga na área central da cidade.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município
42	Estabelecer convênios para regulamentação, fiscalização e desenvolvimento de soluções que inibam o transporte ilegal de passageiros	Ação Administrativa				Município / DENATRAN
43	Implementar, de maneira progressiva e conforme item II do artigo 23 da Lei nº	Ação Administrativa				Município



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
	12.587/2012, zonas de emissão reduzida próximas a escolas, estabelecimentos de saúde, praças e parques, e sujeitar multas aos infratores					
44	Monitorar e controlar a emissão de gases de efeito local e estufa dos modos de transporte motorizados, conforme item VII do artigo 23 da Lei nº 12.587/12, através de inspeção regulamentada pelo Conama.	Ação Administrativa				Município
Subtotal		R\$ 4.533.085,05	R\$ 3.292.101,30	R\$ 898.762,50	R\$ 400.239,00	
Total		R\$ 4.633.965,05	R\$ 3.324.101,30	R\$ 932.362,50	R\$ 435.519,00	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.



1.4 ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA NOS DESLOCAMENTOS

Quadro 2 – Ações e Investimentos para a Acessibilidade e Segurança nos Deslocamentos

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
ACESSIBILIDADE UNIVERSAL						
45	Criar manual de calçada padrão com todas as normas que devem ser seguidas no município de acordo com o código de obras e de acordo com a norma técnica ABNT NBR 9050/15.	Ação Administrativa				Município
46	Garantir através de órgão normatizador padrão de construção para as calçadas, dando continuidade e conforto aos deslocamentos a pé.	Ação Administrativa				Município
47	Definir uma largura mínima de 3,0 (três metros) para todas as calçadas do Município.	Ação Administrativa				Município / Poder Legislativo
48	Exigir a apresentação de projeto da calçada em frente ao lote para aprovação e liberação do Alvará de Construção.	Ação Administrativa				Município
49	Garantir o nivelamento das calçadas e instalar guias rebaixadas para acesso de cadeirantes.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / PARANACIDADE / Governo do Estado
50	Priorizar ações para melhorar o calçamento nos bairros Tarumã e Entre Vilas, e na avenida Imbirama.	R\$ 2.296.477,79	R\$ 2.296.477,79			Município / PARANACIDADE / Governo do Estado



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
51	Colocar piso tátil para orientação de deficientes visuais nas principais ruas da cidade; utilizando o modelo "Direcional" para orientação de percurso e "Alerta" para avisar a mudança da direção ou perigo de acordo com o padrão municipal e as normas da ABNT NBR 9050/15.	R\$ 659.437,65		R\$ 432.418,00	R\$ 227.019,65	Município / PARANACIDADE / Governo do Estado
52	Instalar faixa elevada de travessia para pedestres e cadeirantes, nas ruas de pavimentação em pedra irregular, em frente aos portões de entrada das escolas públicas e privadas localizadas na cidade, e em frente a praças, conforme Resolução nº738/2018.	R\$ 239.892,97		R\$ 157.307,00	R\$ 82.585,97	Município / PARANACIDADE / Governo do Estado
53	Implantar sinalização tátil e sonora, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade em todos os semáforos para pedestres.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / PARANACIDADE / Governo do Estado / DNIT / DER
54	Padronizar o mobiliário urbano das avenidas e ruas, com equipamentos de longa duração, antivandalismo, sustentável e eficiente. Prever sua instalação apenas na faixa de serviço e que o piso tátil de alerta seja instalado conforme ABNT NBR 9050 para informar a pessoas com deficiência visual a existência de situação de risco.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / PARANACIDADE / Governo do Estado
Subtotal		R\$ 3.195.808,40	R\$ 2.296.477,79	R\$ 589.725,00	R\$ 309.605,61	

CIRCULAÇÃO EM CONDIÇÕES SEGURAS E HUMANIZADAS



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
55	Promover ações de educação no trânsito, conscientizando a população sobre segurança e respeito aos pedestres e ciclistas.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / PARANACIDADE / Governo do Estado / DNIT / DER / DETRAN
56	Promover a construção de calçadas na Avenida Imbirama, com o intuito de melhorar a condição de deslocamento até o IFPR.	R\$ 461.762,50	R\$ 225.250,00	R\$ 236.512,50		Município / PARANACIDADE / Governo do Estado
57	Usar sinalização sonora nos portões e cancelas automáticas da cidade.	Ação Administrativa				Município / Parceria Iniciativa Privada / Parceria com Municípios
58	Promover a limpeza das vias.	R\$ 444.085,17	R\$ 172.460,26	R\$ 181.083,27	R\$ 90.541,64	Município
59	Implantar pontos de ônibus próximos a lojas, com o intuito de aumentar a vigilância informal.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Concessionária de Transporte Coletivo
60	Implantar iluminação pública em todas as vias, principalmente nas áreas de maior movimentação de pessoas. Ação PPA - 188	R\$ 4.438.250,00	R\$ 2.165.000,00	R\$ 2.273.250,00		Município / PARANACIDADE / Governo do Estado / COPEL
61	Aumentar o policiamento, com patrulhas a pé, de moto e carros circulando constantemente nas ruas.	Ação Administrativa				Município / Governo do Estado



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
62	Oferecer programa de capacitação aos motoristas acerca dos ciclistas.	R\$ 5.124,00		R\$ 3.360,00	R\$ 1.764,00	Município / Governo do Estado / Instituições de Ensino
63	Ampliar a fiscalização sobre os veículos e em desconformidade com as normas de transporte.	Ação Administrativa				Município / Polícia Militar
64	Implementar processo de coleta, integração e processamento de dados de acidentes de trânsito.	R\$ 389.721,38		R\$ 255.555,00	R\$ 134.166,38	Município / PARANACIDADE / Governo do Estado
65	Fomentar o uso da bicicleta, divulgando as vantagens do seu uso.	Ação Administrativa				Município / Parceria com grupos de ciclistas
66	Incentivar os ciclistas a respeitar o Código de Trânsito Brasileiro que obriga o uso de campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, e espelho retrovisor do lado esquerdo.	Ação Administrativa				Município / Parceria com grupos de ciclistas
67	Promover campanhas para conscientizar a população sobre as consequências da presença de veículos de carga nas áreas centrais da cidade, e a necessidade de elaborar e respeitar a rota de caminhões.	Ação Administrativa				Município
68	Promover treinamentos e cursos contínuos para taxistas, em parceria com o sindicato e cooperativas, sobre regras de trânsito, direção defensiva, primeiros socorros, atendimento à pessoa com deficiência e com mobilidade reduzida e turistas.	R\$ 27.443,19	R\$ 10.550,00	R\$ 11.077,50	R\$ 5.815,69	Município / Sindicato de Taxistas



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
69	Padronizar o modelo de táxi, facilitando a identificação dos mesmos pelos usuários e criando uma identidade.	Ação Administrativa				Município / Sindicato de Taxistas
70	Criar uma central de atendimentos dos serviços de táxi e de atendimento ao consumidor.	R\$ 15.500,00			R\$ 15.500,00	Município / Sindicato de Taxistas
71	Promover a manutenção constante da pintura viária e da sinalização horizontal e vertical.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / PARANACIDADE / Governo do Estado
72	Realizar estudos para verificar a viabilidade de se implantar: •Sistema GPS nos táxis, aumentando a segurança dos passageiros e •Táxis noturnos.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Sindicato de Taxistas / Taxistas
Subtotal		R\$ 5.781.886,23	R\$ 2.573.260,26	R\$ 2.960.838,27	R\$ 247.787,70	
Total		R\$ 8.977.694,64	R\$ 4.869.738,05	R\$ 3.550.563,27	R\$ 557.393,31	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.



1.5 SISTEMA DE TRANSPORTES

Quadro 3 – Ações e Investimentos para o Sistema de Transporte

Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
PLANEJAMENTO INTEGRADO DA GESTÃO URBANA E DE TRANSPORTE						
73	Elaborar projeto específico de sinalização de trânsito, horizontal e vertical, em toda sede urbana.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / DETRAN
74	Executar obras de correção da geometria das vias, cruzamentos e de pavimentação em vias de alta circulação.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / SEDU
75	Construir rotatória no entroncamento das Rodovias PR-473 e PR-484, em parceria com DER/PR, após o devido projeto técnico e com aproveitamento paisagístico da ilha central.	R\$ 1.103.156,25	R\$ 1.103.156,25			Município / SEDU / DER / DNIT
76	Retirar as rotatórias das vias de mão única na região central da cidade.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / SEDU
77	Elaborar projeto técnico e estudo financeiro para implementação de medidas <i>traffic calming</i> nos seguintes cruzamentos da PR-	Estimativa de valor condicionado à elaboração de				Município / SEDU



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
	473: •PR-473 x Rua Peroba •PR-473 x Rua Seringueira •PR-473 x Rua Acácia •PR-473 x Rua Laranjeiras. As medidas devem ser escolhidas após estudos de contagem de tráfego e podem incluir: •sonorizadores; •lombadas eletrônicas; •travessia elevada; •rotatórias; ou •outros redutores de velocidade.	estudo e/ou projeto específico				
78	Implementar rotatória no cruzamento das vias Laranjeiras, Magnólia, Alecrim e Eucaliptos, com o intuito de organizar o trânsito local.	R\$ 832.500,00	R\$ 832.500,00			Município / SEDU
79	Realizar estudo de viabilidade para retirada das vagas de estacionamento de forma oblíqua, a partir do estudo elaborado pela Secretaria de Obras, Urbanismo e Habitação.	Ação Administrativa				Município
80	Implantar restrições de tempo e dimensões de veículos de carga permitidos para trafegar.	Ação Administrativa				Município
81	Implementar rede cicloviária, que atenda de maneira eficiente toda a cidade.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / SEDU / Governo Federal



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
82	Instalar sinalização apropriada nas ciclovias e nos cruzamentos por onde o trajeto da ciclovia passar.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / SEDU / Governo Federal
83	Realizar estudo de viabilidade para construção de ciclovia conectando a malha cicloviária urbana de Quedas do Iguaçu com a Vila de Salto Osório e o Parque Aquático Municipal (Prainha), com o intuito de fomentar o turismo da região.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / SEDU / Governo Federal
84	Incentivar os polos empregadores a implantar paraciclos ou bicicletários e vestiários adequados para os funcionários.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Iniciativa Privada/ Setor Industrial / Setor Comercial
85	Instalar bicicletários próximos aos pontos de parada do ônibus e em outros pontos estratégicos, como equipamentos públicos.	R\$ 4.666,81		R\$ 3.060,20	R\$ 1.606,61	Município / Iniciativa Privada/ Setor Industrial / Setor Comercial
86	Adaptar ônibus para transportar bicicletas, promovendo a interação entre os modais.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Concessionária de Transporte Coletivo



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
87	Desenvolver o Plano da rede cicloviária de Quedas do Iguaçu, incentivando a utilização da bicicleta como meio de transporte e proporcionando maior segurança aos ciclistas.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / PARANACIDADE
88	Implantar contorno rodoviário na região Noroeste da sede urbana, visando aumentar a segurança para veículos, ciclistas e pedestres, melhorar a fluidez do tráfego e manter as vias urbanas em bom estado de conservação.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / SEDU / DER / DNIT
89	Prolongar Rua Marfim, até o a Avenida Marginal Ipê.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / PARANACIDADE
Subtotal		R\$ 1.940.323,06	R\$ 1.935.656,25	R\$ 3.060,20	R\$ 1.606,61	
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO NO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO DO TRANSPORTE						
90	Criar e implementar o Conselho de Transporte e Mobilidade, com a participação de representantes do poder executivo, da sociedade civil e das empresas operadoras do serviço de transporte público.	Ação Administrativa				Município / População



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
91	Realizar audiências públicas, oficinas de leitura comunitária e reuniões com a população de interesse ao Plano de Mobilidade.	Ação Administrativa				Município / População
92	Garantir voz ativa aos cidadãos durante o processo de construção de políticas urbanas.	Ação Administrativa				Município / População
93	Permitir que a participação popular influencie no planejamento, definição de prioridades, na avaliação e na fiscalização da gestão pública e da execução das políticas de governo.	Ação Administrativa				Município
94	Realizar o mapeamento dos atores sociais (indivíduos ou grupos organizados) para criar um canal de interlocução entre setor público e a sociedade.	R\$ 66.331,88	R\$ 25.500,00	R\$ 26.775,00	R\$ 14.056,88	Município
95	Realizar acordos institucionais que atendam as normas legais, com definição de plano de trabalho, prazos, responsabilidades e verificação da necessidade do repasse de recursos.	Ação Administrativa				Município
96	Promover campanhas de conscientização à população em diminuir o uso de modais individuais motorizados.	R\$ 66.461,94	R\$ 25.550,00	R\$ 26.827,50	R\$ 14.084,44	Município / DETRAN / DNIT



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
97	Realizar oficinas temáticas com a sociedade e técnicos municipais para implementação do Plano de Mobilidade Urbana.	Ação Administrativa				Município
98	Criar núcleo gerenciador de projetos na Prefeitura.	R\$ 72.877,50	R\$ 35.550,00	R\$ 37.327,50		Município Governo do Estado
99	Criar instrumentos de apoio para os processos de implantação e execução de projetos.	Ação Administrativa				Município
100	Criar ferramentas para avaliação de projetos implantados e seus benefícios.	Ação Administrativa				Município
Subtotal		R\$ 205.671,31	R\$ 86.600,00	R\$ 90.930,00	R\$ 28.141,31	
AValiação de Impactos Ambientais e Urbanísticos Causados pelos Sistemas de Transporte						
101	Exigir estudo de impacto de vizinhança (EIV) na construção de centros de distribuição logística.	Ação Administrativa				Município
102	Realizar o levantamento de espécies arbóreas nas áreas que serão desmatadas para a construção e/ou ampliação de vias.	Ação Administrativa				Município / MMA / IAT
103	Instalar redutores de velocidade em pontos das vias onde ocorre a circulação de animais silvestres, a fim de diminuir o atropelamento de animais.	R\$ 257.275,00	R\$ 125.500,00	R\$ 131.775,00		Município / SEDU / DER / DNIT / IAT



Item	Ação	Custo total estimado (R\$)	Custo por prazo (R\$)			Possível fonte de recurso
			Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	
104	Avaliar os níveis de poluentes atmosféricos (COx, NOx, MP etc.) para cumprimento da legislação ambiental estadual pertinente.	Ação Administrativa				Município / MMA / IAT
105	Verificar as possíveis áreas de habitat natural de espécies nativas.	Ação Administrativa				Município / MMA / IAT
106	Avaliar o nível de ruído em vias que apresentam elevado tráfego.	Ação Administrativa				Município
107	Implantar rede de drenagem na construção de novas vias.	Estimativa de valor condicionado à elaboração de estudo e/ou projeto específico				Município / Loteadores
108	Analisar os impactos causados pela descaracterização da paisagem natural devido a implantação de novas vias.	Ação Administrativa				Município / MMA / DER / DNIT / IAT
109	Verificar os locais de descarte de pneus usados e demais resíduos gerados por veículos.	R\$ 75.500,00	R\$ 75.500,00			Município / RECICLANIP / Parceria Privada
Subtotal		R\$ 332.775,00	R\$ 201.000,00	R\$ 131.775,00	R\$ 0,00	
Total		R\$ 2.478.769,37	R\$ 2.223.256,25	R\$ 225.765,20	R\$ 29.747,92	

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.



2. INDICADORES DE RESULTADOS

Para realizar a avaliação e analisar o desempenho da administração pública em relação à eficiência do cumprimento das ações propostas pelo PMU são utilizados os Indicadores de Resultados. A partir deles, é possível visualizar a situação destas ações no decorrer do prazo estabelecido, e permite-se que estratégias específicas sejam elaboradas ou ajustadas no decorrer do tempo para alcançar a meta.

Como sistema complementar a definição dos indicadores de resultados, o Método de Avaliação (MA), demonstra como deve ser realizada a análise do progresso de cada ação. Para auxiliar o poder público municipal na avaliação das ações os métodos estão expressos no Quadro 4 e no Quadro 5.

Quadro 4 – Método de Avaliação – M.A.

1	Fiscalizar e monitorar frequentemente;
2	Requerer documento específico (EIV, PCA, EIA/RIMA, PGRS) à Prefeitura Municipal;
3	Elaborar ou atualizar plano/estudo/levantamento ou legislação específica;
4	Implementar campanhas, projetos e ações específicas de incentivo;
5	Realizar cursos de capacitação ou de convênio específico;
6	Construir/Ampliar/Adequar infraestrutura e/ou equipamento;
7	Adequar/Ampliar frota veicular;
8	Adequar quadro de funcionários e estrutura administrativa.

Fonte: Dados trabalhados pela DRZ – Gestão de Cidades.

Para assessorar o Poder Executivo no acompanhamento e efetivação das metas estabelecidas, é aconselhado pela Consultoria que sejam realizadas avaliações periódicas a cada 06 meses, e que participem dessas avaliações a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu e o Conselho Municipal de Desenvolvimento.

Para isso, deve-se considerar todas as etapas envolvidas no processo para a realização de cada ação, definindo a porcentagem de 100% para o serviço executado por completo, e a cada 06 (seis) meses realizar análise elencando os serviços executados, o que remete a porcentagem de progresso, e desta forma obtêm-se o Indicador de Resultado de cada ação.

A metodologia descrita anteriormente deve ser implementada utilizando o Quadro 5, que destaca o prazo para a realização das ações – curto, médio e longo prazo – e a



lacuna a ser preenchida com o resultado das avaliações semestrais. O preenchimento destas lacunas resulta na porcentagem de execução e no indicador parcial de resultado, e no final, obtém-se o Indicador Total de Resultado, que mede a eficiência da administração pública relacionada à realização do PMU.

Desta forma a Prefeitura Municipal de Quedas do Iguaçu tem controle detalhado a cada seis meses sobre o progresso de todas as ações estabelecidas no PAI, e tem os parâmetros necessários para elaborar estratégias específicas para a execução de cada uma delas.

Quadro 5 – Quadro para definição do Indicador de Resultados

Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Método de Avaliação	Total	Indicadores de resultados(*)
Difusão dos Conceitos de Mobilidade						
1				4	0%	0,00
2				4	0%	0,00
3				5	0%	0,00
4				3	0%	0,00
Gestão Pública da Política de Mobilidade Urbana						
5				6	0%	0,00
6				3	0%	0,00
7				3	0%	0,00
8				3	0%	0,00
9				3 / 4	0%	0,00
10				4	0%	0,00
11				3	0%	0,00
12				1 / 3 / 4	0%	0,00
13				6	0%	0,00
14				3 / 4	0%	0,00
15				4	0%	0,00
16				1 / 3	0%	0,00
17				1 / 4	0%	0,00
18				6	0%	0,00
19				6	0%	0,00
20				1	0%	0,00
21				3	0%	0,00
22				3 / 6	0%	0,00
23				6	0%	0,00
24				6	0%	0,00
25				1	0%	0,00



Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Método de Avaliação	Total	Indicadores de resultados(*)
26				3 / 4	0%	0,00
27				6	0%	0,00
28				3	0%	0,00
29				3	0%	0,00
30				3 / 4	0%	0,00
31				1	0%	0,00
32				1 / 8	0%	0,00
33				3 / 4	0%	0,00
34				1 / 4	0%	0,00
35				4	0%	0,00
36				3 / 4	0%	0,00
37				1 / 3 / 4	0%	0,00
38				4 / 6	0%	0,00
39				6	0%	0,00
40				3	0%	0,00
41				6	0%	0,00
42				1 / 3	0%	0,00
43				3 / 6	0%	0,00
44				1 / 3	0%	0,00
Acessibilidade Universal						
45				3	0%	0,00
46				3 / 4	0%	0,00
47				3 / 4	0%	0,00
48				2 / 3	0%	0,00
49				1 / 6	0%	0,00
50				4 / 6	0%	0,00
51				4 / 6	0%	0,00
52				4 / 6	0%	0,00
53				4	0%	0,00
54				6	0%	0,00
Circulação em Condições Seguras e Humanizadas						
55				3 / 4	0%	0,00
56				6	0%	0,00
57				4	0%	0,00
58				4	0%	0,00
59				4 / 6	0%	0,00
60				4 / 6	0%	0,00
61				8	0%	0,00



Item	Curto (1 a 2 anos)	Médio (3 a 4 anos)	Longo (5 anos)	Método de Avaliação	Total	Indicadores de resultados(*)
62		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	5	0%	0,00
63	■ ■ ■ ■ ■			1	0%	0,00
64		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	4	0%	0,00
65	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■		3 / 4	0%	0,00
66		■ ■ ■ ■ ■		4 / 5	0%	0,00
67	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■		4	0%	0,00
68	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■	■ ■	3 / 4 / 5	0%	0,00
69		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	6 / 7	0%	0,00
70			■ ■	6	0%	0,00
71	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■	■ ■	6	0%	0,00
72	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■	■ ■	3	0%	0,00
Planejamento Integrado da Gestão Urbana e de Transporte						
73	■ ■ ■ ■ ■			3	0%	0,00
74	■ ■ ■ ■ ■			6	0%	0,00
75	■ ■ ■ ■ ■			6	0%	0,00
76	■ ■ ■ ■ ■			6	0%	0,00
77	■ ■ ■ ■ ■			3 / 6	0%	0,00
78	■ ■ ■ ■ ■			4 / 6	0%	0,00
79	■ ■ ■ ■ ■			3 / 6	0%	0,00
80	■ ■ ■ ■ ■			3	0%	0,00
81	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■		3 / 6	0%	0,00
82	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■		3 / 6	0%	0,00
83	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■	■ ■	3	0%	0,00
84		■ ■ ■ ■ ■		4	0%	0,00
85		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	6	0%	0,00
86		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	6	0%	0,00
87		■ ■ ■ ■ ■		3	0%	0,00
88			■ ■	4	0%	0,00
89		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	6	0%	0,00
Arborização Urbana						
90	■ ■ ■ ■ ■			4	0%	0,00
91	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■		3	0%	0,00
92	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■	■ ■	4	0%	0,00
93		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	4	0%	0,00
94	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■	■ ■	3	0%	0,00
95		■ ■ ■ ■ ■	■ ■	3 / 4 / 6	0%	0,00
96	■ ■ ■ ■ ■	■ ■ ■ ■ ■	■ ■	1 / 3 / 6	0%	0,00
97	■ ■ ■ ■ ■			4 / 5	0%	0,00



Item	Curto (1 a 2 anos)				Médio (3 a 4 anos)				Longo (5 anos)		Método de Avaliação	Total	Indicadores de resultados(*)
98											6 / 8	0%	0,00
99											5	0%	0,00
100											3 / 4	0%	0,00
Iluminação e Rede de Pública de Energia													
101											2	0%	0,00
102											3	0%	0,00
103											6	0%	0,00
104											1 / 3	0%	0,00
105											3	0%	0,00
106											1 / 3	0%	0,00
107											1 / 4	0%	0,00
108											3 / 6	0%	0,00
109											1	0%	0,00
Indicador de Resultado												0,00%	0,00

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que, apesar de as finanças em Quedas do Iguaçu apresentarem crescimento real das receitas correntes, os níveis de dependência das transferências governamentais são acentuados. Com isso é essencial que seja direcionado esforço permanente para modernizar o setor tributário e compatibilizar a arrecadação municipal, conforme apresentado na Análise Temática Integrada (Fase II), produto integrante da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Além disso, um índice relevante para definição da exequibilidade do PAI, é a Capacidade de Investimento, elaborado através de análise do cenário das receitas, despesas e investimentos municipais. Em Quedas do Iguaçu, este índice atinge o percentual de 20,55% da receita orçamentária, com isso, para a execução das ações é recomendável que o Poder Executivo desempenhe função importante para angariar recursos oriundos de fontes alternativas, como parcerias com governo estadual e federal.

Após análise dos quadros das ações e investimentos apresentados para a adequação, melhora e planejamento futuro da Mobilidade Urbana de Quedas do Iguaçu, apresentadas no Capítulo 1 – PLANO DE AÇÃO INVESTIMENTOS, é possível constatar que a quantidade mais significativa dos investimentos para os próximos 5 anos, deverá ser realizada na Acessibilidade e Segurança nos Deslocamentos, representando assim 53,79%, mais da metade do valor total a ser investido.

Conforme transcrito na Tabela 1, os investimentos médios a serem realizados anualmente durante a vigência do PAI é de R\$2.149.725,26. Este valor é apenas um balizador para a definição das estratégias a serem adotadas pelos gestores, e não significa que o Município deva investir esta quantia anualmente. Em análise detalhada é possível verificar que do valor total estipulado (R\$10.748.626,28) a porcentagem orçamentária destinada para cada vertente é estipulada conforme o Quadro 6.



Quadro 6 – Porcentagem orçamentária por Vertente da Mobilidade

Vertente	%
Planejamento e Gestão da Mobilidade Urbana	43%
Acessibilidade e Segurança nos Deslocamentos	54%
Sistemas de Transportes	3%

Fonte: DRZ – Gestão de Cidades, 2020.

O Sistema viário de Quedas do Iguaçu apresenta potencial de expansão e desenvolvimento local distribuído em diversas áreas diagnosticadas e apresentadas ao longo da Elaboração do PMU, caso adotem em suma as ações propostas e utilizando o Plano de Ação e Investimento como norte de planejamento, o município alcançará o desenvolvimento desejado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU

CNPJ: 76.205.962/0001-49

Rua Juazeiro, 1065, Centro, Quedas do Iguaçu, PR.

Tel.: 46 3532 8200 - CEP 85 460-000

quedasdoiguacu.pr.gov.br • contato@quedasdoiguacu.pr.gov.br

COORDENADOR DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL:

Lucas André Stormovski – Arquiteto Urbanista

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL:

Maurício Franzen – Engenheiro Civil

Paulo Cesar Czarneski – Engenheiro Civil

Clóvis Antonio Do Prado – Técnico em Edificações

Maria Cristina Chiossi Ferreira – Técnica em Edificações

Debora Aparecida De Oliveira – Engenheira Ambiental

Paulo Fabiane – Secretária de Cultura, Esporte e Turismo

Gicele Copatti Giaretta – Procuradora Municipal

Antonio Luiz Lopes – Oficial Administrativo - Departamento de Tributação

Anelson Ubiali

Prefeito Municipal

DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA



DRZ GEOTECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA.

CNPJ: 04.915.134/0001-93 • CREA N° 41972

Av. Higienópolis, 32, 4° andar, Centro, Londrina, PR.

CEP 86020-080 • Tel.: 43 3026 4065 -

drz.com.br • drz@drz.com.br

DIRETORIA:

Agostinho de Rezende – Diretor Geral – CRA-PR 6459

José Roberto Hoffmann – Diretor Técnico – CREA-PR 6125/D

EQUIPE TÉCNICA:

Humberto Carneiro Leal – Arquiteto e Urbanista – CAU A49147-0 – Coordenador;

Henrique Ferrarini Ferreira – Arquiteto e Urbanista – CAU A132542-6;

José Roberto Hoffmann – Engenheiro Civil – CREA-PR 6125/D;

Daniel Souza Lima – Arquiteto e Urbanista – CAU A47443-6;

Lara Goulart Martins – Engenheira Sanitarista e Ambiental – CREA-MG 122328/D;

Demétrius Coelho Souza – Advogado – OAB-PR 24363;

Paulo Roberto Santana Borges – Economista – CORECON-PR 3192-5;

Agostinho de Rezende – Administrador – CRA-PR 6459;

Carlos Rogério Pereira Martins – Administrador – CRA-PR 24528;

Cláudia Leocádio Dias – Assistente Social – CRESS-MG 4013;

Enyel Carazzai – Geólogo – CREA-PR 19.908/D;

Alindomar Lacerda Silva – Assistente de Geoprocessamento.

José Batista Delatorre Júnior – Assistente de Arquitetura e Urbanismo

Augusto Fernando Peixoto de Assis – Auxiliar de Arquitetura e Urbanismo

Agostinho de Rezende

Diretor Geral

CRA-PR 6459